

Banqueiro vê acordo próximo

Nova Iorque — O Brasil e a comissão de bancos credores iniciaram ontem uma semana de negociações sob o signo da urgência com vistas a encontrar uma solução para o problema causado pelo atraso no pagamento dos juros.

Há urgência, pois se necessita de um acordo o mais tardar até o final da semana, a fim de evitar uma eventual reclassificação dos créditos brasileiros por parte dos reguladores da moeda dos Estados Unidos.

Uma fonte bancária disse que "os brasileiros e os bancos estão negociando agora com muita dureza", acrescentando que "o assessor para as negociações, Fernão Bracher, adotará uma posição "muito firme".

Contudo, disse o banqueiro: "Minha impressão é de que vai se chegar a um acordo. Creio que se deve destacar que as duas partes estão decididas e chegar um entendimento".

O Brasil declarou a 20 de fevereiro uma moratória no pagamento dos juros e os bancos querem receber cerca de 940 milhões de dólares, que representam os juros do segundo trimestre do ano.

Comum pagamento desse tipo, os bancos podem ir segunda-feira a Washington e informar à comissão interagência, integrada por representantes do Banco Central (Federal Reserve), o controlador da moeda, e a Corporação Federal de Seguros de Depósito, que se alcançará um progresso.

Dessa forma, a comissão pode adiar uma ação com relação ao Brasil. Do contrário, a opção é declarar os créditos ao Brasil "não-produtivos". Nesse caso, os bancos serão obrigados a abater em seus registros 10% dos créditos concedidos ao Brasil, usando a reserva para créditos incobráveis.

O banqueiro acha que Brasil e os bancos podem chegar a um entendimento sobre um pagamento simbólico, "eliminando assim a pressão", para depois continuar negociando até chegar a um acordo.

A dívida brasileira atinge 111 bilhões de dólares e o País está buscando dinheiro novo — 10,4 bilhões de dólares — para cobrir os juros deste ano e parte dos de 1988 e 1989. Além disso, o Brasil quer converter parte da dívida aos bancos, que chega a 70 bilhões de dólares, em créditos de longo prazo.